

WASHINGTON NOVAES

As várias apostas no clima

Mais uma conferência dos países signatários da Convenção sobre Mudanças Climáticas – em Nova Délhi, Índia – terminou com os interessados no tema divididos.

Otimistas acreditam que 2003 poderá começar com o Protocolo de Kyoto – que prevê uma redução

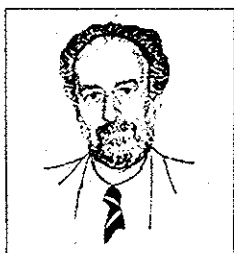
de 5,2% (até 2012) sobre os níveis de 1990 na emissão, pelos países industrializados, de gases que intensificam o efeito estufa – em vigor. E isso porque com a anunciada adesão da Rússia ao protocolo se chegará ao mínimo necessário de 55 países responsáveis por 55% das emissões, pelo menos. Mesmo que o Canadá não homologue – ainda há dúvidas –, afinal se levará à prática o que foi negociado em 1997.

Pessimistas duvidam dos efeitos concretos do protocolo. Em Nova Délhi, os Estados Unidos, responsáveis por um quarto das emissões, reiteraram que não homologarão. As emissões totais de carbono no mundo, o principal dos gases do efeito estufa, continuam crescendo 2,1% ao ano e dobraram entre 1965 e 1998.

Seja como for, melhor com o protocolo e pior sem ele – o que significaria todos os países sem compromisso de reduzir as emissões.

Para animar um pouco mais os otimistas, é possível que em janeiro se complete a regulamentação do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo qual um país industrializado poderá financiar em países em desenvolvimento projetos que contribuam para reduzir as emissões e descontar essa redução de suas emissões próprias. Cálculos recentes do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebeds), já mencionados neste espaço, prevêem que o Brasil poderá receber até US\$ 600 milhões anuais com projetos que reduzam emissões em 100 milhões de toneladas/ano.

Até janeiro serão definidos critérios para escolha



Com a elevação do nível do mar Manhattan e Xangai poderão ficar submersas

das entidades que poderão certificar as reduções e emitir os respectivos certificados, assim como as regras para formulação dos projetos (embora já haja, no Brasil, projetos financiados pelo Banco Mundial – instituição que vai lançar um segundo programa, para projetos relacionados com florestas e

mudanças no uso da terra; estas são a principal causa de nossas emissões).

Já a proposta brasileira, de atribuir a responsabilidade de cada país pelas mudanças climáticas calculando sua contribuição para o aumento da temperatura do planeta – considerando emissões ao longo do tempo e emissões atuais –, continuará a ser examinada em reuniões ao longo de 2003 e voltará à Conferência das Partes no final do ano. Se aprovada, será o critério de definição de responsabilidades a partir de 2013.

Ao longo da conferência de Nova Délhi, acirraram-se as discussões sobre a atribuição de responsabilidades na redução de emissões também aos países em desenvolvimento, a partir de 2013, tendo em vista que já no início da terceira década deste século essas emissões deverão ultrapassar as dos paí-

ses industrializados (embora a intensificação do efeito estufa seja produto não apenas das emissões atuais, mas também das emissões acumuladas ao longo do tempo – e nestas a responsabilidade quase total é dos industrializados).

Um dos fatores do acirramento foi a declaração da secretária-executiva da convenção, a holandesa Waller-Hunter, de que estudos científicos já comprovam que não bastam os esforços previstos no Protocolo de Kyoto; outros compromissos teriam de ser assumidos a partir de 2013, e “para estes todos devem contribuir”. Índia (5.º maior emissor) e China (3.º maior), principalmente, protestaram com veemência, invocando, além das emissões históricas para as quais pouco contribuíram, que o cálculo deve ser feito considerando as emissões por pessoa, e não simplesmente pelo total. Como esses dois países, juntos, têm quase 2,5 bilhões de habitantes, sua emissão per capita é relativamente pequena. É um caso semelhante ao do Brasil, que responde por uns 3% das emissões totais (1% pela matriz energética, 2% por desmatamentos e mudanças no uso da terra), com 3% da população mundial.

Não é difícil prever que essas pressões vão aumentar. Inclusive sobre o Brasil. E, no nosso caso, principalmente em função do desmatamento na Amazônia, ainda na faixa dos 16 mil quilôme-

tros quadrados anuais.

A não-obrigação de países como China, Índia e Brasil é um dos argumentos centrais para a recusa norte-americana de homologar o Protocolo de Kyoto. Os Estados Unidos insistem em que vão executar programa paralelo de redução (que, segundo especialistas, não impedirá o aumento das emissões desse país). De qualquer forma, já em 2003 começará a ser implantado um programa chamado de Chicago Climate Change, inspirado no MDL. Criado por 28 grandes empresas, pretende levá-las no primeiro ano a reduzir as emissões de dióxido de carbono no país em 2% sobre os níveis de 1999 e em 1% a cada ano a partir daí. Significaria, ao todo, uma redução de 700 milhões de CO₂ (emissões equivalentes às da Inglaterra). Nesse mecanismo, uma empresa poderia vender créditos a outra, provenientes de suas reduções em razão de reflorestamentos, implantação de energias renováveis, etc. É um programa totalmente privado – mas as empresas esperam poder incluí-los em eventuais programas de governo.

E assim la nave vâ, entre esperanças e descrédito. Com o Greenpeace advertindo que em 2080, com a elevação do nível do mar, Manhattan e Xangai poderão ficar submersas. Com cientistas mostrando (Estado, 18/10) que as famosas neves do Kilimanjaro, na África, se estão reduzindo (e com elas o fluxo dos rios na Tanzânia) e poderão desaparecer em 20 anos. Com a temperatura máxima e mínima em São Paulo e no Centro-Oeste batendo em outubro recordes históricos. Com dezenas de cidades sofrendo racionamento de água, enquanto outras no Sul estavam inundadas. Com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente repetindo em Nova Délhi que as mudanças climáticas já respondem, este ano, por 9 mil mortes e perdas de US\$ 70 bilhões.

Mas onde estão nossos programas de adaptação às mudanças, recomendados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas?

